

RESUMO SIMPLES ESTRUTURADO - GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E
CONTROLE SOCIAL – GOVERNANÇA EM SAÚDE, PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O SUS.

**GESTÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUS: GOVERNANÇA PARTICIPATIVA
E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Rosiane Pereira Da Silva (rosianepereiradasilva123@gmail.com)

João Leandro Neto (joaoleandro@gmail.com)

Tayronne De Almeida Rodrigues (tayronnealmeid@gmail.com)

Márcia Rejane Freire De Oliveira (marciafreoli@gmail.com)

Maria Georgia Alencar Callou De Figueiredo (gecallou@gmail.com)

Introdução: A gestão pública em saúde no Brasil consolidou-se como campo de estudo e prática institucional após a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que redefiniu os princípios de governança e controle social. A Constituição Federal de 1988 inseriu a participação comunitária como eixo da política de saúde, legitimando conselhos e conferências como instâncias deliberativas e de fiscalização. Persistem, contudo, desigualdades regionais e limitações na formação política dos representantes, fatores que reduzem a efetividade da participação e dificultam a execução das deliberações coletivas. Objetivo: Analisar práticas de controle social e desafios da governança participativa no SUS, identificando limites e potencialidades do modelo adotado. Metodologia: O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados 27 relatórios do Conselho Nacional de Saúde e publicações institucionais do Ministério da Saúde, produzidos entre 2015 e

2024. O levantamento seguiu critérios de inclusão que consideraram documentos oficiais e artigos científicos voltados à temática da gestão participativa. Excluíram-se registros sem metodologia identificável ou com dados desatualizados. Resultados: Os documentos analisados apontam avanços na consolidação dos conselhos de saúde como espaços de decisão coletiva, embora persistam fragilidades na articulação entre suas deliberações e a execução orçamentária. A descentralização administrativa contribuiu para maior autonomia local, exigindo, contudo, mecanismos de integração entre as esferas de governo e a sociedade civil. O fortalecimento das práticas de transparência e da educação permanente surge como condição para o aprimoramento da participação popular. Conclusão: A consolidação do controle social depende de processos formativos contínuos, transparência administrativa e compromisso ético com o direito à saúde. O fortalecimento da cultura política participativa reafirma o controle social como elemento estruturante da gestão pública em saúde.

Palavras-chave: governança; descentralização; democracia; participação; transparência.